

1 Aos 30 (trinta) dias do mês de novembro do ano de 2022, às 14h00, reuniram-se os membros do
2 Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande (CBHVG), para a 38ª Reunião Plenária
3 Ordinária do ano, realizada por videoconferência. A relação dos membros titulares e suplentes,
4 bem como dos convidados que participaram dessa reunião constam em anexo nesta ATA. O
5 Presidente do CBHVG, Sr. Flávio Gonçalves, iniciou a reunião desejando boas-vindas e
6 agradecendo a participação de todos. Posteriormente, solicitou a Sra. Jannyne Amorim, apoio
7 administrativo do CBHVG, que fizesse a chamada para confirmação do quórum. Constatado que
8 o quórum fora atingido, o Sr. Flávio Gonçalves, prontamente, submeteu a ATA, da 37ª Reunião
9 Plenária, realizada no dia 07 de junho de 2022, à aprovação do Plenário. Sem manifestações
10 contrárias a Ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Sr. Flávio Gonçalves discorreu
11 sobre o status do processo de implementação da proposta com os novos mecanismos e valores
12 de cobrança na Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande (BHVG). Informou que após a aprovação
13 pelo Plenário do CBHVG, na 37ª Reunião Plenária (07/06/2022), a proposta foi encaminhada: ao
14 Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), para revisão e averiguação de conformidade; ao
15 Jurídico, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), que também aprovou a proposta; ao
16 Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), no qual apreciou e aprovou por unanimidade;
17 encaminhado à Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA), a fim de dar conhecimento; à
18 Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC), do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
19 (CNRH), em que foi debatido em duas reuniões, uma para apresentação e outra para apreciação,
20 sendo que foi aprovada; à Câmara Técnica de Assuntos Legais (CTAL), do CNRH, para análise dos
21 aspectos legais e não havendo nada também aprovaram a proposta; e por fim, ao Plenário, do
22 CNRH, que também aprovou os valores e mecanismos. O Sr. Flávio Gonçalves afirmou que a
23 cobrança está aprovada para toda a BHVG, no âmbito Mineiro, incluindo afluentes e poços
24 tubulares, a nível Estadual e Federal, logo, a partir de 2023 será iniciado a cobrando do novo
25 valor. O Sr. Ari Teodoro, usuário dos recursos hídricos - Estância das Aroeiras, questionou qual a
26 forma que os usuários receberão o comunicado com os novos valores, se será por meio de
27 deliberação, decreto ou qual documento legal; bem como, solicitou esclarecimento quanto a
28 cobrança no âmbito Baiano, se já foi aprovada e se já entraria em vigor, ou quando seria. O Sr.
29 Flávio Gonçalves esclareceu que ainda não ficou decidido o tipo de documento em que será
30 formalizada a cobrança para os usuários, devido ao tramite das aprovações ter sido
31 recentemente finalizado, porém comunicará a todos assim que determinado; quanto à cobrança
32 no âmbito Baiano, a princípio, os usuários que captam água na calha principal do rio Verde
33 Grande e nos perímetros irrigados já efetuam o pagamento, agora só serão reajustados os
34 valores e quanto aos afluentes do rio Verde Grande, pertencentes ao estado Baiano, no
35 momento, não serão cobrados, pois a Bahia, mesmo sendo comunicada sobre a cobrança no
36 estado Mineiro, não avançou nos processos de implementação da cobrança. Ressaltou que é
37 vedada a aplicação dos recursos em outras bacias, sendo assim a arrecadação da cobrança no
38 estado de Minas Gerais será aplicada em melhorias apenas para essa região. A Sra. Jannyne
39 Amorim informou que foi divulgado no site do Comitê um normativo do CERH, Deliberação
40 CERH-MG Nº 500, de 21 de julho de 2022, no qual aprova a metodologia de cobrança na Bacia
41 do rio Verde Grande e presume que o CNRH também deverá lançar a respeito do assunto. O Sr.
42 Flávio Gonçalves informou que assim que forem lançados esses normativos serão divulgados no
43 grupo do *Whatsapp* do Plenário do CBHVG. Em seguida, a Sra. Rúbia, representante da Agência
44 Peixe Vivo, apresentou as minutas de Deliberações do CBHVG nº XXX/2022, que dispõe sobre o
45 Plano de Aplicação Plurianual (PAP) e o Plano Orçamentário Anual (POA) para o ano de 2023.
46 Inicialmente, a Sra. Rúbia esclareceu que o PAP e o POA são documentos previstos no Contrato
47 de Gestão Nº 083/ANA/2017 e para estruturá-los foi considerada a previsão de arrecadação da
48 BHVG no ano de 2023. Explicou que o PAP diz respeito às ações macro, nas quais serão

49 desenvolvidas pelo Comitê de acordo com o Plano de Recursos Hídricos (PRH), e o POA é o
50 detalhamento do PAP. A Sra. Rúbia informou que nas minutas de Deliberações estão previstas as
51 metas definidas nos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, além da minuta de Deliberação do
52 PAP em que traz o formato em que ele foi estruturado e a agenda setorial. Esclareceu que,
53 devido à limitação orçamentária, o PAP foi estruturado prevendo uma arrecadação em torno de
54 R\$ 105.000,00, logo, esse recurso é basicamente para manter a secretaria executiva do Comitê
55 (escritório, funcionários etc.). Além disso, neste ano (2022) estava previsto no PAP, na agenda
56 setorial, a elaboração do Programa de Educação Ambiental (PEA) e, como já foi concluído, a
57 próxima ação, que não esteja relacionada à secretária executiva, é uma proposta da Agência
58 Peixe Vivo em promover uma estruturação do modelo de governança e valoração das
59 propriedades no programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), resultado de um
60 projeto já desenvolvido pelo Comitê, sendo que o recurso para essa ação será de R\$ 65.000,00.
61 As demais ações previstas no PAP estão relacionadas ao funcionamento do Comitê, como
62 realização de reuniões presenciais; compra de passagens aéreas ou pagamento de logística de
63 viagem para participação de algum membro do Comitê em eventos; além da manutenção da
64 sede do Comitê em Montes Claros. Complementou que o PAP foi estruturado apenas para 2023,
65 devido à vigência do Contrato de Gestão. Posteriormente, apresentou a minuta de Deliberação
66 referente ao POA e explicou que se trata de uma planilha orçamentária mais detalhada em
67 relação ao PAP, descrevendo os possíveis valores a serem gastos com as atividades, nas quais
68 serão desenvolvidas pela Agência Peixe Vivo. Informou os valores das ações previstos no POA a
69 serem gastos em 2023, como os R\$ 65.000,00, que será para o desenvolvimento do modelo de
70 remuneração do PSA; R\$ 8.000,00, para reuniões Plenárias ordinárias e extraordinárias do
71 Comitê; R\$ 2.000,00, para reuniões da Diretoria; R\$ 14.000,00 destinados a apoio na
72 participação dos membros e convidados em eventos internos e externos ao Comitê etc. A Sra.
73 Jannyne complementou que a ação proposta na agenda setorial, estruturação do modelo de
74 governança e valoração das propriedades no PSA, diz respeito à continuidade de um trabalho
75 que está sendo feito na Bacia do rio Juramento/MG, Projeto Águas do Verde Grande, modelo do
76 Programa Produtor de Águas da ANA. Informou que algumas ações desse projeto estão sendo
77 realizadas a partir do diagnóstico, pago com recurso da cobrança do CHBVG, realizado na Bacia
78 Hidrográfica do rio Juramento/MG e há 19 proprietários que já estão recebendo essas
79 intervenções em suas propriedades; o próximo passo é o pagamento dos serviços ambientais,
80 sendo que já existe o recurso, em torno de R\$40.000,00, basta apenas estruturar como será feito
81 esse pagamento e para isso exige um estudo detalhado. O Sr. Flávio Gonçalves esclareceu que o
82 planejamento, PAP e POA, é realizado pela Agência Peixe Vivo e em seguida é repassado à
83 Diretoria do Comitê para avaliação e estes buscam analisar o que foi realizado no ano anterior
84 para planejar as prioridades do ano seguinte, considerando os custos mínimos possíveis. O Sr.
85 Flávio Gonçalves submeteu ao Plenário a apreciação das minutas de Deliberações do PAP e POA
86 e não havendo manifestações contrárias, foram aprovadas. Prosseguindo a Sra. Jannyne Amorim
87 apresentou a minuta de Deliberação CBHVG nº XXX/2022, que dispõe sobre o Planejamento
88 Anual de Atividades (PAA) do CBHVG para o ano de 2023, para apreciação do Plenário.
89 Esclareceu que o planejamento das atividades foi construído baseando, primeiramente, em
90 diretrizes regimentais, deliberações e outros documentos normativos e em seguida foi
91 considerado o número já pré-estabelecido de reuniões ordinárias para as instâncias do Comitê;
92 quanto aos eventos fica a critério do Comitê em sugeri-los, mas tendo em conta as limitações
93 orçamentárias. A nova agenda de reuniões e eventos do CBHVG contemplará: 02 Reuniões
94 Ordinárias Plenárias, presenciais; 08 Reuniões Ordinárias da Diretoria, virtuais; 04 Reuniões
95 Ordinárias da Câmara Técnica Consultiva (CTC), virtuais; 02 Reuniões Ordinárias da Comissão
96 Gestora do Gorutuba, virtual e presencial; 02 Reuniões Ordinárias da Comissão Gestora do Verde

97 Pequeno (CGVP), virtual e presencial; 02 Reuniões Ordinárias do Grupo de Acompanhamento do
98 Contrato de Gestão (GACG), virtual; Programações diversas no “Mês das Águas”, mês de março,
99 presenciais; Visita técnica à Mineração Riacho dos Machados (MRDM); “Dia de Campo”, em
100 Juramento/MG; Seminário da CGG – “Uso Racional da Água na Agricultura Irrigada”, presencial;
101 e o Seminário da CGVP, presencial, e com tema a definir. Destacou que a primeira reunião da
102 CGG e do CGVP está combinada a ser realizada com a reunião de Alocação de Águas promovido
103 pela ANA. A Sra. Tânia indagou quanto ao planejamento das reuniões das Comissões Gestoras,
104 em que foram programadas para um dia, já que a reunião de Alocação de Água, na qual ocorrerá
105 em conjunto com as reuniões das Comissões, ocorrerá em dois dias. A Sra. Jannyne Amorim
106 esclareceu que as reuniões virtuais ocorrem, de fato, em dois dias por ano, porém as presenciais
107 ocorrem em um único dia, sendo assim, não sabendo o formato em que a ANA escolherá, foi
108 utilizado o mesmo planejamento que o ano anterior (2021). Acrescentou que há uma
109 combinação com a ANA, para que a última reunião de Alocação de Água fosse unificada à
110 primeira reunião das Comissões Gestoras. O Sr. Adalberto Santos, Secretário Adjunto da Bacia do
111 rio Gorutuba, complementou que, na segunda reunião de Alocação, a ANA, comumente, informa
112 os compromissos nos quais deverão ter as Comissões Gestoras e com isso há vários debates,
113 logo, entende-se como uma reunião única, em que puderam tratar das responsabilidades das
114 Comissões. Visto que a reunião de Alocação de Águas é um trabalho desenvolvido pela
115 Superintendência da ANA, na bacia do CBHVG, e que faz parte do planejamento do Comitê, a
116 Sra. Tânia questiona em qual parte do planejamento elaborado para o Comitê estaria expresso o
117 acontecimento das reuniões de Alocação de Água e como o Plenário do CBHVG entende que
118 esse evento está inserido no planejamento da bacia, sem que esteja unificada a outra reunião do
119 Comitê. A Sra. Rúbia justificou que na avaliação do Contrato de Gestão há um indicador em que
120 avalia a execução das ações das instâncias Comitê e, em seu ponto de vista, a Alocação não se
121 trata de uma instância do Comitê, logo, não haveria a necessidade de detalhar essa reunião na
122 Agenda do Comitê, até para não prejudicar na avaliação do Contrato. Retomando as
123 programações do Comitê, o Sr. João Batista, representante da Empresa de Pesquisa
124 Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), sugeriu uma possível data para a realização do
125 seminário da CGG, para o dia 13 de abril de 2023, uma vez que a Comissão Gestora terá mais
126 dados para apresentar no evento referente a esse mês e também solicitou que a reunião fosse
127 virtual. O Sr. César Luiz, representante da Associação dos Amigos do Rio Verde Grande (ASARVE),
128 sugeriu, como evento, uma visita técnica na bacia hidrográfica do rio Baixo Verde Grande, na
129 Jaíba/MG, devido ao pouco conhecimento que o Comitê tem sobre a região e pela existência de
130 um complexo de lagoa na qual é alimentada pelo rio Verde Grande. A proposta de visita ao rio
131 Baixo Verde Grande foi incluída na agenda do Comitê para junho de 2023. Prosseguindo, o Sr.
132 Rafael Chaves, representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
133 Renováveis (IBAMA), solicitou esclarecimento quanto ao encaminhamento da última Reunião
134 Plenária do CBHVG sobre a realização de um seminário sobre “Construções de barragens no
135 Norte de Minas Gerais”, em que não ocorreu e nem está previsto na programação do ano
136 seguinte. A Sra. Jannyne Amorim esclareceu que a solicitação feita na Reunião Plenária foi sobre
137 a realização de uma reunião, juntamente com representantes da ANA, para discorrer sobre o
138 tema. Informou que esse encaminhamento foi repassado à Diretoria do CBHVG e foi realizado
139 um contato com o Sr. Leonardo de Almeida, da Superintendência de Fiscalização da ANA, que
140 deu um parecer ao Presidente do Comitê sobre o assunto. O Sr. Flávio Gonçalves explicou que na
141 verdade o Comitê não recebeu um retorno, porém reconhecendo a importância do tema e
142 diante dos questionamentos e interesses de muitos na construção de barragem, principalmente
143 as de soleira, sugere, conforme interesse do Plenário, um evento ou uma reunião sobre o tema.
144 O Sr. Adalberto Santos informou sobre um programa de capacitação do IGAM que ocorreu e

145 abordou alguns assuntos de barragens, mas que o foco era em segurança, e, se do interesse dos
146 membros, poderia ser feita uma combinação com a ANA e o IGAM para realizarem novamente
147 essa capacitação. O Sr. Rafael Chaves esclareceu que a ideia inicial do tema é discutir a
148 possibilidade da construção de barragens na BHVG e no Norte de Minas, já que a legislação
149 permite, abordando aspectos técnicos e legais e também tem por objetivo aumentar o debate
150 para viabilizar a construção de pequenos barramentos. Completou que esse tema pode ser
151 abordado em forma de seminário, curso, capacitações, reuniões técnicas ou outros; contudo
152 entende-se que é necessário esse debate, pois pouco se discute sobre a execução dessa
153 atividade na região. O Sr. Domênico, representante da Companhia de Desenvolvimento dos
154 Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), sugere que o evento sobre barragens fosse
155 mais prático, pois houve posicionamentos por parte de alguns órgãos ambientais (ANA, Semad
156 etc.), nos quais informaram que é viável e não há dificuldades a construção de barramentos, mas
157 considera interessante se eles simulassem, por exemplo, para uma barragem de soleira, a área
158 inundada, o enquadramento no licenciamento e na outorga, e trouxessem a análise ambiental
159 para examinarem a complexidade na prática e na teoria. O Sr. Flávio Gonçalves reconhecendo a
160 competência da Codevasf no que tange a gestão dos perímetros irrigados, saneamento e
161 barramentos solicita auxílio da Codevasf na organização de um seminário sobre o tema de
162 “Construção de barragens”. O Sr. Domênico se prontificou em ajudar na organização. O Sr. João
163 Cássio Lopo, representante da Prefeitura Municipal de Capitão Enéas, informou que está
164 ocorrendo uma articulação para difusão e captação de recursos para construção de barragens
165 subterrâneas e possivelmente seria interessante compor um seminário para apresentação das
166 alternativas. O Sr. Flávio Gonçalves pontuou sobre a quantidade de seminários e eventos já
167 propostos e citou sobre a limitação dos recursos, logo, sugere que esse ponto fosse pautado
168 apenas em alguma reunião do Comitê e recomendou a substituição do evento “Dia de Campo na
169 bacia do rio Juramento/MG” pelo “Seminário de barragens na Bacia do rio Verde Grande”. A Sra.
170 Jannyne Amorim reforçou aos representantes da Bahia, membros do Comitê, que sugerissem
171 um tema para o Seminário da CGVP, já que estão mais familiarizados com as demandas e
172 realidade da bacia no âmbito Baiano. Encerrada as sugestões de atividades para o ano de 2023,
173 o Sr. Flávio Gonçalves submeteu ao Plenário a apreciação da Deliberação que dispõe sobre o
174 Planejamento Anual de Atividades (PAA). Por unanimidade a Deliberação foi aprovada.
175 Posteriormente, a Sra. Jannyne Amorim apresentou a minuta de Deliberação CBHVG nº
176 XXX/2022, que dispõe sobre a alteração na composição do GACG. Inicialmente, esclareceu que,
177 conforme o contrato de Gestão, instrumento firmando entre a ANA e a Agência Peixe Vivo, em
178 que autoriza esta a exercer a função de Entidade Delegatária, para atender as demandas do
179 Comitê de bacia, o Comitê deverá criar e manter um grupo para acompanhar a execução desse
180 contrato. Esse Contrato foi celebrado em 2017 e sua validade foi até 2020 e havendo a
181 necessidade foi prorrogado por duas vezes, sendo que a primeira prorrogação sucedeu no 1º
182 Termo Aditivo ao Contrato de Gestão Nº083/2017/ANA, com validade de 2021/2022 e a segunda
183 sucedeu no 2º Termo Aditivo, cuja validade é até o fim de 2023. Logo, existe um grupo na qual
184 acompanha a execução desse contrato. Em uma das reuniões do grupo detectou-se que a sua
185 composição estava em divergência com um item do Contrato de Gestão, especificamente no 1º
186 Termo Aditivo, o que motivou o grupo a reformular a Deliberação que rege o GACG, Deliberação
187 CBHVG Nº 070/2019. O 1º Termo Aditivo traz que a composição do GACG deverá manter
188 paridade entre os segmentos representados no Comitê e, conforme a composição estabelecida
189 na Deliberação CBHVG Nº 070, não havia essa correspondência, sendo assim, o grupo propõe
190 uma nova composição com 03 (três) membros titulares do CBHVG, sendo 01 representante do
191 poder público; 01 representante dos usuários de recursos hídricos e 01 representante da
192 sociedade civil organizada, sendo o grupo, obrigatoriamente, organizado por membros do

193 estado da Bahia e de Minas Gerais, para um mandato de prazo coincidente com a duração do
194 contrato. Outras mudanças são quanto ao número de reuniões ordinárias obrigatórias por ano,
195 em que de 03 reuniões passa a serem 02, sendo que as extraordinárias ocorrerão sempre que
196 necessárias; as reuniões deverão ocorrer, preferencialmente, em formato virtual e ocorrerá a
197 exclusão do membro do grupo quando, sem justificativa, se ausentar por 02 reuniões
198 consecutivas. O Sr. Ari Teodoro, no qual coordena o GACG, informou que, com essas mudanças e
199 a possível aprovação da nova Deliberação, deverá ser feita uma nova votação para eleger os
200 novos membros do grupo. Prontamente, ele, o Sr. João Batista e Sr. Carlos Magno,
201 representante do Centro Universitário FG (UniFG), se prontificaram em permanecerem no grupo
202 e darem continuidade as atividades. Não havendo novos candidatos para compor ao grupo e em
203 comum acordo o Plenário aprovou a Deliberação, bem como a continuidade dos membros.
204 Prosseguindo, a Sra. Jannyne Amorim introduziu sobre o andamento das atividades de
205 elaboração do Programa de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande (PEA
206 VG), no qual se trata de uma ação da agenda setorial do CBHVG, que iniciou no segundo
207 semestre de 2022 e com previsão de término para dezembro desse mesmo ano. Informou que
208 há um grupo, Grupo de Trabalho “Acompanhamento da Elaboração do Programa de Educação
209 Ambiental, com Foco em Recursos Hídricos, da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande” (GT PEA
210 VG), no qual acompanha as atividades que estão sendo desenvolvidas. Acrescentou que o
211 produto que será apresentado, Produto 4 (PEA consolidado), foi avaliado pelo GT PEA VG e
212 obteve um parecer favorável e também foi repassado a CTC, em que tiveram um tempo para
213 avaliação e sugestões, resultando também em um parecer favorável. Informou que o trabalho se
214 encerra nesse produto 4, pois posteriormente será feito um resumo executivo (Produto 5) e que
215 será apenas para divulgação à comunidade. A Sra. Bruna Felício, Engenheira Civil da empresa
216 Felco Faleiros projetos e consultorias em Engenharia LTDA, inicialmente, esclareceu sobre o
217 processo de contratação da empresa para elaboração do PEA VG, no qual sucedeu por meio de
218 um ato convocatório Nº 001/2022 e firmado por um contrato Nº 028/2022 e que se iniciou em
219 01 de junho de 2022. Explicou que o PEA foi proposto tendo em vista o enfrentamento de uma
220 grave crise hídrica na BHVG, desde 2012, decorrente do crescente aumento da demanda em
221 contraste com a progressiva diminuição da disponibilidade de água. Logo, afirma que o PEA é
222 uma ferramenta para a implementação do processo de gestão hídrica na bacia, introduzindo
223 conhecimentos, valores e estimulando a adoção de práticas mais sustentáveis. Informou sobre
224 os usos preponderantes dos recursos hídricos na BHVG que em grande parte é para irrigação,
225 depois dessedentação animal, abastecimento humano urbano e rural e uso industrial. Disse que
226 o PEA VG foi elaborado abrangendo toda a BHVG, ou seja, não somente um estado ou município
227 e que também possui um horizonte de projetos para 05 anos, a ser executado entre 2023 a
228 2027. Esclareceu que o PEA foi dividido em 05 produtos, sendo o Produto 1 (Plano de trabalho),
229 apresentado e aprovado pela CTC; Produto 2 (Diagnóstico), que consistiu na realização de
230 pesquisas, levantamentos bibliográficos, aplicação de questionários direcionados aos agentes da
231 bacia, organização de oficinas participativas (virtual e presencial) e preparação de um relatório
232 de diagnóstico, que foi apresentado e aprovado pelo GT PEA VG e analisado pela CTC, para
233 definição das ações que prevaleceriam; o Produto 3 (Prognóstico), que foi elaborado,
234 apresentado e aprovado pelo GT PEA; o Produto 4 (PEA VG consolidado), que também foi
235 apresentado e aprovado pelo GT PEA e CTC e agora será avaliado e apreciado pelo Plenário do
236 CBHVG; e o Produto 5 (Resumo Executivo), que será montado, mas de forma mais didático, ou
237 seja, em uma linguagem menos técnica e será na versão impressa. A Sra. Bruna esclareceu que o
238 PEA VG foi estruturado em 16 (dezesesseis) capítulos, sendo: introdução; contextualização; região
239 de interesse; demanda hídrica; justificativa do trabalho; regimento; princípios básicos da
240 educação ambiental; objetivos; diretrizes; síntese do diagnóstico; eixos estruturantes; ações do

241 PEA; articulação política institucional; indicadores; sistemática de monitoramento das ações;
242 periodicidade de revisão e as referências. Resumidamente, explicou que o diagnóstico foi
243 construído com base no levantamento do regramento pertinente ao tema; pesquisas para
244 levantamento de projetos e ações implementados na BHVG; levantamento de projetos e
245 pesquisas com foco na gestão de recursos hídricos; aplicação de formulários virtuais e realização
246 de oficinas. Por meio desse levantamento concluíram que vários membros, bem como as
247 prefeituras inseridas na BHVG, ainda não estão envolvidos na temática de educação ambiental; a
248 educação ambiental na BHVG é desarticulada, com diversas ações acontecendo de forma difusa
249 e sem continuidade e a educação ambiental ainda não é tratada como uma política pública na
250 BHVG. Diante disso, as principais necessidades apontadas no PEA foram: dissociar as questões
251 de meio ambiente de questões políticas; democratizar as informações geradas na BHVG,
252 principalmente sobre sua vulnerabilidade hídrica e gestão das águas superficiais e subterrâneas,
253 devendo tornar a informação científica acessível à população; capacitar os membros do CBHVG
254 para atuarem junto aos municípios; envolver as Prefeituras e as demais instituições localizadas
255 na BHVG, para que essas apoiem as ações de educação ambiental; incentivar os municípios a
256 formularem suas Políticas Municipais de Educação Ambiental e elaborarem seus Programas
257 Municipais de Educação Ambiental; preparar os membros de conselhos municipais de meio
258 ambiente, como forma de impulsionar a educação ambiental; firmar parcerias para
259 disseminação de questões ligadas à educação ambiental e capacitação continuada; priorizar os
260 produtores rurais nas ações de educação ambiental, uma vez que o maior consumo de água é
261 referente à irrigação e criar e alimentar um banco de dados de práticas de educação ambiental
262 integrado na BHVG. Para firmar a educação ambiental no território da BHVG, a Sra. Bruna cita
263 que é necessário: investimentos em políticas, métodos e estratégias; formação teórica,
264 metodológica e prática de pessoas para atuarem no desenvolvimento de processos
265 participativos; envolvimento dos setores públicos, principalmente, no âmbito municipal, para
266 criação de políticas e programas de educação ambiental que garantam a sustentabilidade de
267 ações de educação e gestão ambiental, assim como dos setores privados, que podem
268 disponibilizar recursos. Declarou que o PEA, com base nas necessidades que foram levantadas
269 para a bacia, foi estruturado em 06 eixos estruturantes: o eixo 01 – formação continuada; eixo
270 02 – banco de dados online com as iniciativas de Educação Ambiental realizadas na BHVG; eixo
271 03 – comunicação social; eixo 04 – desenvolvimento e sociabilização de estudos, pesquisas e
272 experimentações; eixo 05 – sensibilização e mobilização social e o eixo 06 – monitoramento e
273 avaliação continuada. Todo eixo tem uma ação principal; as ações estratégicas para se alcançar a
274 ação principal; o fluxograma das ações; os meios para atingir as metas propostas; os
275 responsáveis; os custos; os prazos e metas bem definidas. Cada eixo contará com uma ficha de
276 caracterização, com: especificação do eixo, informações da ação principal, o descritivo da ação, o
277 objetivo, o público alvo, período de execução, responsável direto e os atores envolvidos e
278 parceiros; bem como terão as metas descritas, os indicadores e um espaço para registro dos
279 acompanhamentos anuais e semestrais, previsão orçamentária de cada ação, fontes de
280 financiamento, entre outras. No eixo 01 a ação principal é capacitar agentes multiplicadores
281 para a educação ambiental, com foco nos recursos hídricos, como membros do CBHVG,
282 membros do conselho ligados ao Meio Ambiente, Produtores Rurais, Gestores Públicos e
283 Técnicos Municipais. Essa ação visa orientar programas de formação continuada em Educação
284 Ambiental direcionados aos seus diferentes públicos e segmentos, bem como estimular
285 parcerias entre os setores público e privado para concretização destes. O responsável por essa
286 ação é o CBHVG. O eixo 02 a ação principal é dotar o CBHVG com um banco de dados sobre
287 práticas e iniciativas de educação ambiental na BHVG para o público em geral, para que
288 agrupadas em um único lugar possam ser registradas e armazenadas de maneira segura,

289 organizada e padronizada, facilitando o acesso, a interação entre atores e o compartilhamento
290 de experiências, para fortalecer a gestão dos recursos hídricos. O CBHVG será o responsável
291 direto na execução dessa ação. O eixo 03 a ação principal é o CBHVG produzir e divulgar material
292 sobre educação ambiental a população em geral, criando multiplicadores da ideia contida no
293 material produzido e divulgado. No eixo 04 a ação principal é o CBHVG desenvolver e socializar
294 estudos, pesquisas e experimentações, com o intuito de desenvolver nos atores sociais
295 (produtores rurais, agentes do setor de saneamento, agentes do setor industrial, população em
296 geral, comunidade escolar, comunidade e povos tradicionais, associação de moradores etc.) a
297 consciência dos problemas ambientais e estimulá-los a buscar soluções para esses problemas,
298 bem como realizar eventos e atividades culturais que estimulem a troca de conhecimentos e
299 experiências sobre recursos hídricos e educação ambiental. O eixo 05 a ação principal é
300 sensibilizar e mobilizar socialmente a população para a educação ambiental, visando despertar
301 em cada indivíduo o sentido do compromisso social para afirmação do direito coletivo a um
302 meio ambiente saudável, equilibrado e socialmente justo e garantir aos diversos segmentos
303 sociais a equidade no acesso a informações e tecnologias socioambientais, assim como
304 promover a participação efetiva nas decisões coletivas que impliquem direta ou indiretamente
305 na qualidade de vida. O responsável por essa ação é o CBHVG. E o eixo 06 a ação principal é
306 monitorar e avaliar a implementação do PEA, permitindo o controle e atualização de
307 informações, além da identificação de problemas e oportunidades que atingem diretamente os
308 planejamentos e estratégias propostos para o PEA VG. O público alvo é a população em geral e o
309 responsável por essa ação é o CBHVG. Por mais que nos eixos especifica um responsável direto
310 pela ação (CBHVG) é essencialmente importante destacar que para o sucesso da implementação
311 das ações é firmar parcerias, por exemplo, com os municípios da BHVG, Codevasf, Emater,
312 Consórcios Intermunicipais, Copasa, Embasa, universidades e instituições de ensino e pesquisas
313 localizadas na BHVG, setores industriais etc. A Sra. Bruna informou que, com data base em
314 outubro de 2022, foi realizado uma análise dos custos previstos para implementação do PEA
315 completo e concluiu que será necessário levantar um valor de R\$ 1.215.500,00, sendo que o
316 maior custo está concentrado no eixo 1 (Formação continuada). Comunicou que o
317 monitoramento, da execução das ações do PEA, e a atualização das fichas de caracterização
318 serão de responsabilidade da CTC, na qual poderá instituir um Grupo de Trabalho (GT) para tal
319 finalidade, e a Secretaria do CBHVG será responsável pela disponibilização do sistema de
320 monitoramento do PEA VG no sítio eletrônico do CBHVG. Completou que a cada 06 meses a CTC
321 ou o GT instituído deverão reunir para verificar se as ações previstas no PEA VG estão sendo
322 implementadas, sendo que o primeiro monitoramento deverá acontecer em julho/2023. As
323 fichas de caracterização, durante as reuniões, deverão ser atualizadas no que se refere aos
324 indicadores e ao alcance das metas propostas, caso não tenham sido alcançadas deve-se avaliar
325 o porquê e indicar na ficha, bem como deve se propor alternativas para que a meta seja
326 alcançada ou, caso necessário, propor uma modificação da meta. Após a atualização das fichas,
327 essas devem ser disponibilizadas novamente no sítio eletrônico do CBHVG, para o
328 acompanhamento da implementação do PEA VG por qualquer interessado. A Sra. Bruna
329 informou que a próxima e última etapa do PEA é a execução do Produto 5 (Resumo Executivo),
330 em que será um resumo em linguagem didática, com diagramação personalizada, em versão
331 digital e impressa (colorida e papel reciclado), contendo no máximo 50 páginas. Esse produto
332 será impresso em 03 vias e passará pela avaliação do GT PEA VG. O Sr. Rafael Chaves
333 parabenizou os responsáveis pela elaboração do trabalho e mencionou a falta da abordagem
334 sobre o tema de prevenção e combate a incêndios florestais na bacia. A Sra. Bruna esclareceu
335 que no trabalho há partes de formação continuada, de elaboração de material didático e de
336 eventos previstos e que não há temas específicos para eles, logo, nos encontros, para discussão

337 dos temas, poderá ser sugerido sobre a temática do ano, assim como a prevenção e combate a
338 incêndios. O Sr. Flávio Gonçalves, em consonância a fala do Sr. Rafael Chaves, enfatizou que é
339 interessante à inserção em algum tópico do trabalho sobre a prevenção e combate aos incêndios
340 na BHVG, bem como sugeriu que no item “Conscientização dos usos racionais dos recursos
341 hídricos”, em que trata dos estudos a serem tomados como referência, fosse acrescentado sobre
342 “O número de estudos sobre o uso racional de água na agricultura irrigada”, pois no
343 levantamento do PEA está evidente que a irrigação é a que mais demanda o uso de água na
344 bacia. A Sra. Bruna explicou que os estudos apresentados e inseridos foram conforme o retorno
345 obtido com as pesquisas, questionários, levantamentos ou oficinas; contudo se informará sobre
346 o tema para inseri-lo. O Sr. Flávio Gonçalves esclareceu que essa parte do trabalho trata dos
347 estudos a serem feitos e que há membros do Comitê especializados nessa área, caso necessite
348 de informações para complementar o trabalho. A Sra. Yara Maria, representante da
349 Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, parabenizou a empresa pelo excelente
350 trabalho realizado e realçou sobre a flexibilidade do trabalho em poder ser ajustado conforme a
351 demanda e realidade da bacia. O Sr. Adalberto Santos, corroborando com a fala do Sr. Flávio
352 Gonçalves e destacando eixos do trabalho, em que traz sobre o apoio aos projetos de pesquisas
353 relacionados às boas práticas agrícolas, visando o manejo adequado do solo e água, e sobre a
354 socialização de pesquisas e práticas de tecnologias, mencionou a falta da abordagem sobre o
355 monitoramento, pois infere que após o manejo é necessário averiguar se as práticas estão sendo
356 executadas ou não, caso contrário deverão ser feitas novas capacitações e socialização de
357 tecnologias, para ter uma abordagem melhor sobre o assunto da agricultura irrigada. Não
358 havendo mais considerações, a Sra. Jannyne Amorim apresentou a minuta de Deliberação
359 CBHVG Nº OXX/2022, na qual dispõe sobre a aprovação do Programa de Educação Ambiental da
360 BHVG, para aprovação dos membros do Plenário do CBHVG. O documento foi encaminhado a
361 todos, previamente, via e-mail, para avaliação. A Sra. Tânia questionou se na Deliberação foi
362 citado sobre o GT de acompanhamento da execução do PEA VG. O Sr. Flávio Gonçalves
363 esclareceu que o acompanhamento da execução do PEA, conforme exposto no trabalho e
364 apresentado pela Sra. Bruna, é de responsabilidade da CTC, cabendo essa, se de interesse,
365 instituir um GT e, para ele, não havia necessidade em inserir sobre o GT na deliberação, porém
366 ficaria a cargo dos membros do Plenário em acrescentar ou não a informação. Não havendo
367 manifestações contrárias a Deliberação foi aprovada. Prosseguindo, o Sr. Caetano, Engenheiro
368 Florestal da empresa Fortal Engenharia, discorreu sobre o andamento do Projeto “Produtor de
369 Águas” na bacia do rio Juramento/MG. Esclareceu que esse projeto tem por objetivo a execução
370 e implementação de práticas conservacionistas de solo e água, visando a revitalização da bacia
371 hidrográfica do rio Juramento, afluente do rio Verde Grande. Discorreu que as atividades estão
372 sendo executadas por meio de obras hidroambientais, com intervenções físicas que promovem a
373 captação de água de chuva, o direcionamento correto de enxurradas e eliminação de processos
374 erosivos. O Projeto prevê a proteção de 230m de nascentes; 9.465m de cercamento, para
375 proteção de topos e ciliares; a construção de 209 unidades de bacias de captação de água de
376 enxurradas (barraginhas); a construção de 2.209,14m de terraços e adequação de 7.541,12m de
377 estradas. Até o momento foram executados 74% do cercamento; 76% das construções das
378 bacias; 100% das construções de terraços e 70% das adequações de estradas e não foi realizada
379 nenhuma etapa das proteções de nascentes. Comunicou que os serviços não foram finalizados
380 devido ao período chuvoso e por alguns impasses de recursos por parte da Caixa Econômica
381 Federal, resultado de alguns problemas ocorridos com proprietários que não aceitavam a
382 construção de todas as barraginhas previstas. Acredita que, no máximo, em janeiro/2023 as
383 obras estarão todas concluídas. O Sr. Flávio Gonçalves sugeriu que fizessem uma reunião com a
384 equipe da Caixa Econômica Federal para esclarecer a eles o significado do projeto que está

385 sendo executado, em que o foco maior é a bacia do rio Juramento/MG. O Sr. Dirceu Colares,
386 usuário dos recursos hídricos - Fazenda Lagoão, acrescentou que será realizada uma reunião
387 com a Agência Peixe Vivo para alinhar algumas questões finais do projeto. A Sra. Jannyne
388 Amorim complementou que esse projeto iniciou pela fase do diagnóstico, custeado com o
389 recurso da Cobrança do CBHVG e realizado pela empresa Hidro Br Soluções Integradas, no ano
390 de 2019, e em seguida foi articulado com a ANA sobre o processo de implementação do projeto
391 e essa cedeu um recurso de R\$ 800.000,00, via convênio Caixa Econômica Federal e Prefeitura
392 Municipal de Juramento/MG. O Sr. Dirceu acrescentou que esse projeto também conta com o
393 Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). A Sra. Jannyne Amorim informou que o CBHVG já
394 possui o recurso para iniciar o PSA e isso será um incentivo para os produtores manterem essas
395 intervenções. O Sr. Ari Teodoro lembrando de dois recursos fornecidos pela ANA, sendo um de
396 R\$ 1.500,000 e outro de R\$ 800.000,00, questionou sobre quem estaria administrando. O Sr.
397 Dirceu explicou que esse projeto, no qual ele está acompanhando (Produtor de Águas), é
398 referente ao recurso de R\$800.000,00 e o outro é um recurso provindo do Instituto
399 Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), com a Secretaria de Agricultura de Minas Gerais e
400 Ministério de Meio Ambiente (MMA). Esse recurso, de R\$ 1.500.000,00, não é administrado pelo
401 CBHVG, apesar de ser repassado aos membros do Comitê sobre os trabalhos que estão sendo
402 feitos, mas não é um projeto de iniciativa do CBHVG, é apenas porque está sendo executado no
403 perímetro da bacia. O Sr. Flávio Gonçalves informou que houve a ruptura do contrato com a
404 Localmaq, empresa que estava executado esse projeto com o recurso do IICA, e o CBHVG
405 solicitou que esse recurso pudesse retornar para reabrir um processo licitatório e contratar uma
406 nova empresa para dar continuidade à execução dos trabalhos. Prosseguindo, a Sra. Antonieta
407 Mourão, representante da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Serviço Geológico do
408 Brasil (CPRM), e o Sr. Fernando Oliveira, representante da ANA, discorreu sobre a
409 implementação e status do monitoramento piezométrico telemétrico na Bacia Hidrográfica do
410 rio Verde Grande, conforme previsto no PRH da bacia. O Sr. Fernando Oliveira discorreu que
411 esse trabalho vem sendo desenvolvido pela ANA e CPRM abrangendo as bacias do rio Verde
412 Grande e do Carinhanha, sendo que o rio Verde Grande possui um diferencial que é o
413 monitoramento piezométrico com instalações de Plataformas coletoras de dados (PCDs); logo,
414 um sensor no posto realiza a leitura a cada 15 minutos e envia para um armazenador
415 *datalogger*, que, posteriormente, encaminha para um satélite e um período depois está
416 acessível no site da ANA. É uma atividade que está prevista tanto no Plano da Bacia como no
417 Manual Operativo (MOP) do CBHVG. O interesse da ANA e do CPRM em realizar esse trabalho é
418 com objetivo de melhorar a abordagem de águas superficiais e subterrâneas considerando como
419 um único elemento. Informou que esse trabalho tem previsão de encerramento para o final de
420 2023. Em seguida, a Sra. Antonieta Mourão apresentou um mapa delineando as áreas pilotos do
421 projeto, ou seja, nos quais estão sendo realizados os estudos, e que foram perfurados poços que
422 estão sendo monitorados. Atualmente foram perfurados 12 poços, contudo somente 10 poços
423 estão instalados o sistema de monitoramento e encontram com transmissão ativa e registros
424 contínuos por meio de gráficos. Esclareceu que a profundidade dos poços são variáveis em função
425 da presença das entradas de águas. Foram feitos testes de bombeamento em 9 poços e as
426 vazões também se mostram bastante variáveis, entre 10 a 100 m³/h. Os equipamentos foram
427 configurados para efetuar registros a cada 15 minutos, com transmissão horária, de forma
428 semelhante às demais PCDs instaladas na bacia. Os dados são enviados para o servidor da
429 *National Oceanic and Atmospheric Administration* (NOAA) e posteriormente extraídos e
430 armazenados no FTP (*File Transfer Protocol*) da ANA e transferidos para o Sistema Hidro
431 Telemetria. Informou que alguns poços estão localizados na região de Montes Claros/MG e
432 Jaíba/MG. O Sr. Fernando Oliveira explicou que dos 10 pontos instalados 07 já estão com dados

433 disponíveis no sistema *Hidro – Telemetria*. Esclareceu que as próximas etapas do projeto são:
434 carregar no sistema *Hidro - Telemetria* os dados das últimas 03 estações instaladas; efetuar a
435 medida da Referência de Nível (RN) com GPS geodésico para estabelecer a cota real do nível de
436 água e concluir a elaboração das fichas das estações piezométricas para carga no Hidro
437 telemetria. O Sr. Flávio citou sobre um projeto que está em andamento em parceria com a
438 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e que há 10 estações meteorológicas
439 instaladas na região de Minas Gerais, além dessas há outras estações nas quais a ANA possui
440 acesso. Acrescentou sobre a importância dessas estações e dos poços de monitoramento que
441 estão nos arredores da bacia do rio Verde Grande, o que incrementa maiores informações de
442 dados para a bacia; logo, sugere manter o diálogo, com a CPRM e ANA, para discutirem mais
443 sobre o assunto. O Sr. João Batista, esclarecendo a fala do Sr. Flávio, declarou que esse projeto
444 se tratava de uma rede de estação meteorológica automática e que era monitorada pelo
445 Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Os dados obtidos serviam de base para o
446 manejo e irrigação dos usuários da bacia. Informou que há um interesse na manutenção dessas
447 estações e que estão aguardando os recursos para iniciar e propõe uma parceria com esse
448 projeto das redes telemétricas. O Sr. Ari Teodoro indagou sobre as Fazendas Terezinha e Santa
449 Mônica, como funcionava o acompanhamento dos poços perfurados nessas propriedades e
450 como é feito as medições. O Sr. Fernando Oliveira informou que não se sabe quantos poços há
451 em cada propriedade que gere influência nos poços monitorados pela ANA e CPRM e que essas
452 se tratam de propriedades de grande porte, nas quais possuem sua própria rede de
453 monitoramento. Complementou que para esse trabalho foi levantado a hipótese de solicitar aos
454 proprietários em ceder um a dois pontos e se autorizados também seria instalados as PCDs. O Sr.
455 Flávio Gonçalves dispôs, em nome do CBHVG, ajudar no diálogo com os proprietários, já que
456 esses fazem parte do Comitê, para que possam ceder os pontos de monitoramento. O Sr. Rafael
457 Chaves lembrou que, em uma reunião da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg),
458 foi cedida uma outorga de pesquisa para esses empreendimentos, no caso as Fazendas, logo,
459 presume que seria interessante que apresentassem os resultados, até porque projetos precisam
460 interagir uns com os outros. Solicitou ao CBHVG, especificamente ao Sr. Flávio Gonçalves, que
461 encaminhasse ao IGAM um pedido para apresentar ao Plenário do CBHVG os resultados dessa
462 pesquisa. Inicialmente, o Sr. Flávio Gonçalves sugeriu que fosse solicitado aos proprietários para
463 ceder um a três pontos de monitoramento, bem como a autorização para instalação das PCDs,
464 para o projeto da ANA e CPRM, para melhorar a área de cobertura do monitoramento
465 piezométrico e telemétrico. Em comum acordo, ficou combinado um agendamento de uma
466 reunião com os proprietários, ANA, CPRM e CBHVG para discutirem sobre o assunto. O Sr. Flávio
467 Gonçalves acrescentou que caso haja um parecer negativo, por parte dos proprietários, será
468 procedido à proposta sugerida pelo Sr. Rafael Chaves. Prosseguindo, o Sr. Flávio Gonçalves,
469 dando conhecimento ao Plenário do CBHVG, informou que nos dias 15 e 16 de dezembro de
470 2022 ocorrerá o Fórum Nacional dos Comitês de Bacia Hidrográfica (FNCBH), em que o CBHVG
471 estará em reunião com o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (CBHSF), no qual o
472 rio Verde Grande é afluente, e será discutida a possibilidade de um trabalho em conjunto, por
473 exemplo, a gestão financeira. O Sr. Adalberto Santos acrescentou que no Fórum Mineiro de
474 Comitês de Bacias Hidrográficas (FMCBH) também há essa discussão, sobre a gestão com
475 participação integrada, entre os afluentes menores, em que possuem baixa arrecadação em
476 relação às bacias maiores. Também disse que houve uma discussão no FMCBH sobre a
477 flexibilização dos recursos que, em regra, deve ser utilizado apenas na bacia; bem como há uma
478 resolução de um projeto de lei para flexibilizar os 7,5%, que é utilizado para custear uma Agência
479 Delegatária, para 15%. Seguindo, a Sra. Jannyne Amorim reforçou o convite para a reunião da
480 CGVP que acontecerá presencialmente em Urandi/BA, no dia 06 de dezembro de 2022, e o “Dia

481 de Campo”, em que será no dia 15 de dezembro de 2022, em Juramento/MG, porém o convite
482 ainda será enviado. Por fim, encerrados os pontos de pauta e não havendo mais nada a tratar, o
483 Presidente do CBHVG, Sr. Flávio Gonçalves, agradeceu a todos pela participação e encerrou a 1ª
484 Reunião Plenária Ordinária do CBHVG, quando foi lavrada a presente ata.

485

486

487

488

489

490

491

492

Laila Tupinambá Mota
Secretária do CBH Verde Grande

Flávio Gonçalves Oliveira
Presidente do CBH Verde Grande

ATA DE REUNIÃO APROVADA EM